

Governo teve superávit de R\$ 1,9 bi em julho

No acumulado do ano, contas de Banco Central, Tesouro e Previdência tiveram saldo de R\$ 14,1 bilhões

Shirley Emerick

• BRASÍLIA. O Governo central obteve um superávit de R\$ 1,91 bilhão, em julho, enquanto, no acumulado do ano, o saldo atingiu R\$ 14,17 bilhões, o equivalente a 2,5% do PIB. Esse cálculo leva em consideração o desempenho do Banco Central, do Tesouro Nacional e da Previdência Social. O resultado primário acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo o setor público até setembro é de R\$ 23,718 bilhões.

Para chegar a esse número, o Governo federal conta ainda com dois meses de arrecadação e o bom desempenho de estados, municípios e estatais federais. O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, disse que a meta será atingida, principalmente porque o comportamento das receitas tem superado as expectativas.

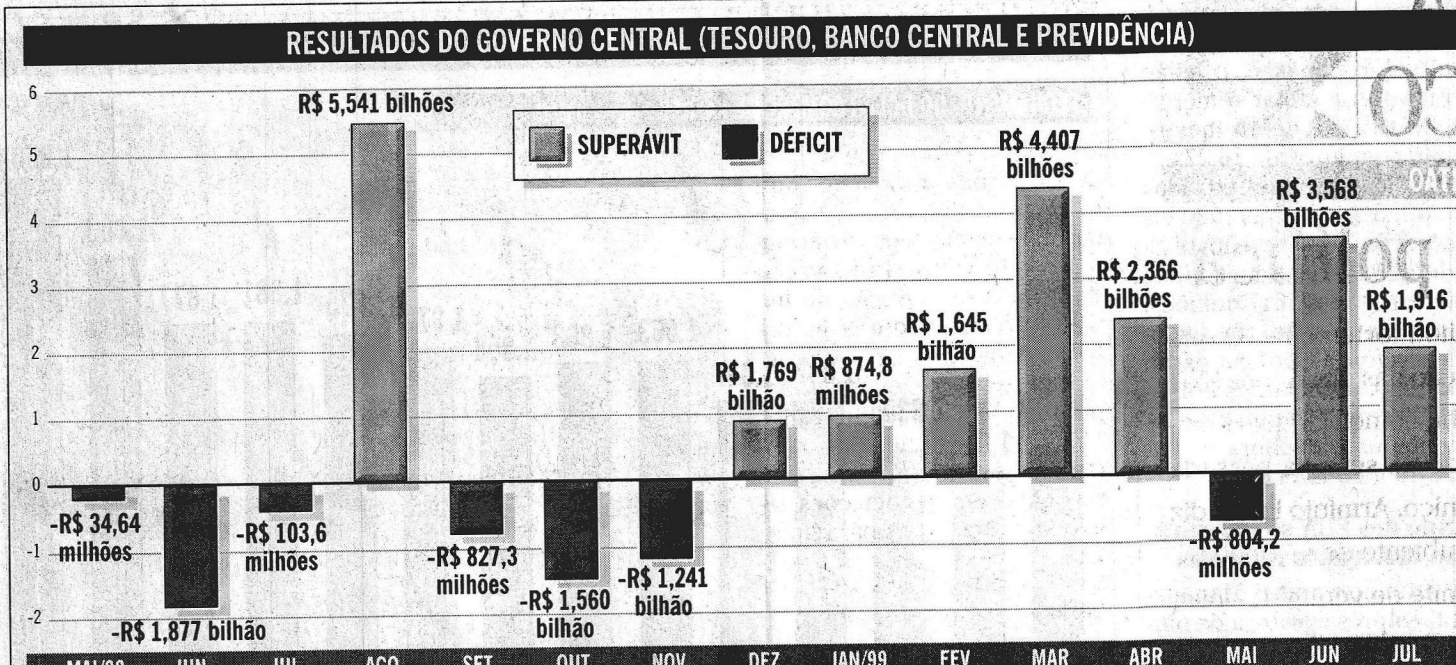
Gastos da Previdência

superaram receitas em 4,4 bi

— Não vejo dificuldades para obtermos o que foi acertado. Conhecemos as variáveis e não temos preocupações sobre atingir a meta — disse Barbosa.

Como nos outros meses, o bom desempenho das receitas e despesas administradas pelo Tesouro Nacional compensaram os déficits da Previdência e do BC. No acumulado do ano, a Previdência gastou R\$ 4,4 bilhões acima dos recursos arrecadados, e o BC, R\$ 397,2 milhões. O superávit do Tesouro, de janeiro a julho, foi de R\$ 18,96 bilhões.

Em julho, a arrecadação totalizou R\$ 18 bilhões, contra



FONTE: Tesouro Nacional

➔ O superávit de **R\$ 1,9 bilhões** do Governo Central é resultado da diferença entre o que o Tesouro, Banco Central e Previdência arrecadam com a cobrança de impostos, taxas, privatizações e contribuições de patrões e empregados e o que gastam com repasses aos ministérios, custeio do próprio BC e pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios.

➔ O resultado primário acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo o setor público até setembro é de **R\$ 23,718 bilhões**, ou **3,1%** do PIB. Para chegar a esse número, o Governo federal conta ainda com dois meses de arrecadação e o bom desempenho de estados, municípios e estatais.

➔ Em julho a arrecadação somou **R\$ 18 bilhões**, contra **R\$ 13,8 bilhões** no mesmo período do ano passado. As receitas com a cobrança da CPMF, aumento da alíquota da Cofins e desistência de ações judiciais ajudaram a melhorar o resultado em relação a 1998. Por outro lado, as despesas apresentaram um aumento de **R\$ 2,1 bilhões** do total gasto em julho do ano passado por conta do pagamento do 13º salário e transferências a estados e municípios.

➔ No acumulado do ano, o superávit das contas públicas somou **R\$ 14,17 bilhões**, o que equivale a **2,5%** do PIB.

R\$ 13,8 bilhões no mesmo período do ano passado. As receitas com a cobrança da CPMF, o aumento da alíquota da Cofins e desistência de ações judiciais ajudaram a melhorar o resultado em relação ao ano passado. Mas as despesas apresentaram um aumento de R\$ 2,1 bilhões em relação ao total gasto em julho de 1998, por conta do pagamento

do décimo terceiro salário e de transferências a estados e municípios. As despesas com custeio e pessoal foram reduzidas em R\$ 201 milhões.

Na comparação do resultado de janeiro a julho com o mesmo período do ano passado, as despesas registraram crescimento de R\$ 3,2 bilhões em relação a 1998, embora as despesas da administração fe-

deral (pessoal e custeio da máquina) tenham apresentado queda de cerca de R\$ 3 bilhões.

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado (títulos) totalizou R\$ 181,88 bilhões em julho, uma queda de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior. Isso foi possível porque aumentaram os créditos líquidos a receber

pelo Tesouro Nacional, por causa da renegociação da dívida do município do Rio de Janeiro, de R\$ 2,6 bilhões.

Em relação à dívida pública federal mobiliária, o custo médio anualizado dos títulos caiu de 28,3%, em junho, para 22%, em julho, refletindo a redução da taxa básica de juros feita mensalmente pelo Banco Central. O prazo médio desses pa-

péis, emitidos em leilões, aumentou de 10,63 meses para 13,15 meses. Barbosa comemorou a ampliação do prazo e disse que esse foi o maior prazo médio já alcançado nos últimos anos. Esse comportamento é reflexo da demanda maior por títulos pós-fixados, com prazo de dois anos, do que pelos prefixados, que no início da semana tinham prazo de 77 dias.

Dívida pública federal em títulos chega a R\$ 434 bi

No mês passado, a dívida pública federal em títulos alcançou R\$ 434,11 bilhões, sendo que a maior parte estava em poder do mercado. Eram R\$ 286,73 bilhões de dívida com o mercado e R\$ 82,33 bilhões de dívidas com o BC. Embora a União tenha resgatado parte dos títulos, o débito com o mercado cresceu R\$ 2,7 bilhões em relação a junho, porque houve uma incorporação de juros ao estoque da dívida de R\$ 4,8 bilhões.

A dívida externa brasileira, no fim de julho, estava em R\$ 114,29 bilhões, equivalente a 12,2% do PIB. Ela registrou um pequeno crescimento, de R\$ 3,6 bilhões, em relação ao mês anterior, provocado sobretudo pela emissão de R\$ 1,7 bilhão em Euro 2002 e pelos encargos da dívida incorporados ao saldo.

O secretário do Tesouro disse, no entanto, que essa colocação de papéis brasileiros representou o retorno do país ao mercado internacional. A operação atingiu 700 milhões de euros e foi a de maior volume dentre os títulos de países emergentes já emitidos naquela moeda. ■